



INFORMATIVO

ABRIL | 2024

podemos

CÂMARA

PÁG. 4

**DEPUTADO MAURICIO MARCON OFICIA
MPF POR CONTA DO PROBLEMÁTICO
NOVO MARCO DO TRIP**

PÁG. 6

**Articulação da presidente Renata Abreu garante
aprovação do Perse na Câmara**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Romero Rodrigues (PB)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Marcus Deois

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:
Brunna Morais, Carolina Frederico, Elloá Urbano, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, João Rafael, Lucas Amparo, Marcelo Bley, Rafaella Panceri, Raquel Vasconcelos, Robert Alves, Sérgio Lima, Tikkho Maciel, Tullio Damin Da Sois e Vinicius Loures.

SUMÁRIO

- 4** Deputado Mauricio Marcon oficia MPF por conta do problemático novo marco do TRIP
- 6** Articulação da presidente Renata Abreu garante aprovação do Perse na Câmara
- 8** Novo Horizonte: Lei Prioritária para Cuidar das Mulheres após perdas gestacionais
- 10** Cadastro Nacional vai listar pessoas condenadas por cometer crimes contra vulneráveis
- 12** Romero Rodrigues lidera segundo maior bloco partidário da Câmara
- 14** Fabio Macedo destaca a importância do Grupo de Trabalho contra Fake News
- 16** Ganem quer debater oferta de insulinas de ação rápida pelo SUS para diabetes tipo 1
- 18** PL pede devolução do dinheiro retido no Sistema de Dinheiro a Receber
- 20** Ruy defende motoristas por aplicativo no Congresso: “Profissionais precisam ser ouvidos para que projeto atenda a categoria de maneira justa”
- 22** Sargento Portugal critica volta da cobrança do seguro obrigatório DPVAT
- 24** Defensor do Perse, Raimundo Costa comemora aprovação na Câmara
- 26** Glaustin sugere ações para reforçar cuidados com a comunidade autista em Goiás
- 28** Deputado Gilson Daniel preside audiência pública com Coordenadores estaduais das Defesas Cíveis
- 30** Presidente e vice-presidente da CCTI reúnem-se com ministra



“O novo marco do TRIP foi aprovado em claro benefício aos poderosos e influentes agentes já estabelecidos, em detrimento e prejuízo dos consumidores, os cidadãos brasileiros”

DEPUTADO MAURICIO MARCON OFICIA MPF POR CONTA DO PROBLEMÁTICO NOVO MARCO DO TRIP

Em continuidade ao trabalho de acompanhamento do processo de alteração regulatória do setor de transporte interestadual de passageiros rodoviários (TRIP) pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o deputado Mauricio Marcon, Podemos-RS, oficiou o Ministério Público Federal – MPF no dia 09 de abril do corrente ano.

O ofício foi encaminhado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (Consumidor e Orde Econômica) do MPF, e buscou indagar a instituição sobre as possibilidades de adoção de providências com respeito à nova norma adotada pela ANTT para o setor do TRIP, tendo em vista a qualidade da instituição como fiscal da lei e defensora dos interesses dos cidadãos brasileiros.

Membro da Comissão de Viação e Transportes (CVT), o deputado Marcon presidiu em setembro do ano passado uma Audiência Pública sobre o tema, convocada por requerimento do próprio parlamentar – ocasião na qual o próprio MPF se fez presente, tecendo duras críticas à então minuta em discussão da nova norma.

Porém, ao apagar das luzes de 2023 foi publicada a Resolução ANTT nº 6.033/2023, a qual afrontou todo o ciclo de debates públicos, críticas e contribuições desenvolvido nos anos anteriores.

Elementos que jamais constaram dos textos prévia e publicamente discutidos foram incluídos na nova norma – uma clara afronta ao princípio da transparência da

administração pública e um desrespeito ao Congresso e a todos os envolvidos no debate público do tema.

Como resultado, segundo parecer técnico de janeiro deste ano elaborado pelo perito em economia do próprio MPF, a nova norma criou barreiras de entrada a novos interessados na prestação do serviço e estabeleceu dispositivos que privilegiam os agentes já estabelecidos no referido mercado.

Assim sendo, “o novo marco do TRIP foi aprovado em claro benefício aos poderosos e influentes agentes já estabelecidos, em detrimento e prejuízo dos consumidores, os cidadãos brasileiros”, conclui Marcon.

A oligopolização e o fechamento do mercado resultantes da nova norma são claramente incompatíveis com o regime de autorizações estabelecido pela Lei 12.996/2014, e ratificado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs 5549 e 6270.

Dessa forma, ao oficial o MPF, o deputado federal Mauricio Marcon busca defender o princípio constitucional da livre concorrência de mercado, em claro cumprimento a um dos mais fundamentais papéis de um parlamentar: o da fiscalização do poder público.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A discussão sobre os aplicativos de transporte tomou conta da Câmara nesta semana e nosso deputado Mauricio Marcon liderou uma conquista importante.

ARTICULAÇÃO DA PRESIDENTE RENATA ABREU GARANTE APROVAÇÃO DO PERSE NA CÂMARA

Depois de uma firme articulação da presidente nacional do Podemos, deputada Renata Abreu (SP), a Câmara aprovou a reformulação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos. Os parlamentares referendaram a proposta de um aporte de R\$ 15 bilhões para o Perse no período de 2024 a dezembro de 2026.

Ao defender a aprovação do seu substitutivo, a parlamentar chamou o Perse de programa para “renascimento do setor” e lembrou que os segmentos nunca tiveram incentivo: “é meramente uma compensação, para manter vivos os empregos e um setor que é a cara do Brasil”. Ressaltou o apoio das bancadas e dos líderes partidários, além de representantes da iniciativa privada, no processo de construção da versão aprovada.

No texto aprovado ficou definido que a Receita Federal fará habilitação prévia das empresas beneficiadas, como forma de evitar fraudes no programa voltado para o setor de eventos.

A habilitação será feita a partir da apresentação do contrato social; se a Receita não responder em 30 dias, a empresa fica automaticamente habilitada, explica a deputada Renata Abreu, relatora do PL 1.026/2024.

A cada dois meses, a Receita publicará um relatório de acompanhamento contendo os valores do benefício fiscal

agrupados pelas CNAEs. Também foi estabelecido um novo marco temporal, com o intervalo de 18 de março de 2022 a 30 de maio de 2023, para o registro no Cadastro de Prestador de Serviços Turísticos (Cadastur): a data da sanção lei do Perse, em 2023. “Com este novo marco temporal, a gente consegue prever a renúncia fiscal e o benefício do Perse”, explicou.

Renata Abreu também conseguiu acabar com a proposta de reoneração gradual dos impostos federais para as empresas do setor. O incentivo garante alíquota zero dos tributos federais: IRPJ, CSLL e PIS/Cofins. “A manutenção dos benefícios fiscais no âmbito do Perse apresenta-se imprescindível para mitigar os efeitos negativos da pandemia de Covid-19 no setor de eventos”, afirmou.

No substituto aprovado, a deputada propôs que o auxílio contemplasse 30 Classificação Nacional de Atividades Econômicas, as CNAEs, número superior ao previsto no Projeto de Lei de um parlamentar governista. Outra linha aprovada pelos deputados foi a possibilidade de empresas tributadas pelos regimes do lucro real e arbitrado serem beneficiadas pelas regras do Perse.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA PRESIDENTE

Mais do que uma vitória política, esta aprovação significa a preservação de mais de 8 milhões de empregos em setores vitais como hotéis, cinemas, teatros, shows, casas noturnas, feiras e convenções.



“A manutenção dos benefícios fiscais no âmbito do Perse apresenta-se imprescindível para mitigar os efeitos negativos da pandemia de Covid-19 no setor de eventos”



“Esta aprovação na Câmara representa um avanço significativo na garantia dos direitos e na melhoria do apoio oferecido às mulheres que enfrentam perdas gestacionais”

NOVO HORIZONTE: LEI PRIORITÁRIA PARA CUIDAR DAS MULHERES APÓS PERDAS GESTACIONAIS

Para estabelecer essa rede de proteção, o deputado federal Rodrigo Gambale apresentou o Projeto de Lei 1819/2023, que foi aprovado pela Câmara no dia 16 de abril de 2024.

Diante da realidade enfrentada por muitas mulheres que passam por perdas gestacionais, o parlamentar propõe garantir o acesso prioritário à assistência psicológica. Esse direito seria assegurado às mulheres que enfrentaram o óbito perinatal, aborto espontâneo ou aborto voluntário, nos casos permitidos por lei.

Para o parlamentar, o PL visa garantir o direito prioritário à assistência psicológica e social através do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, propõe a criação de quartos de puerpério diferenciados, onde a acomodação será preferencialmente compartilhada apenas com outras mulheres que estão passando pela mesma situação.

Além do suporte psicológico, o projeto prevê atenção e cuidados adequados durante os períodos clínicos de recuperação, bem como a administração dos medicamentos necessários.

“Trata-se de um tema de grande relevância, alinhado com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988. Além disso, esta proposta visa proporcionar um maior bem-estar e qualidade no atendimento do sistema de saúde público.”

Esta aprovação na Câmara representa um avanço significativo na garantia dos direitos e na melhoria do apoio oferecido às mulheres que enfrentam perdas gestacionais, reconhecendo a importância da assistência psicológica em momentos tão delicados de suas vidas.

O texto segue para o Senado Federal.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Excelente notícia direto da Câmara! Aprovamos o PL 1819/2023 do deputado @rodrigogambale que propõe assistência psicológica pelo SUS para mulheres que enfrentam perdas gestacionais, como óbito perinatal, aborto espontâneo ou voluntário nos casos permitidos por lei.

CADASTRO NACIONAL VAI LISTAR PESSOAS CONDENADAS POR COMETER CRIMES CONTRA VULNERÁVEIS

A violência contra crianças precisa ter fim, e, para fortalecer esta luta, o deputado federal Dr. Víctor Linhalis (Podemos-ES) apresentou um Projeto de Lei (PL), que cria o Cadastro Nacional de Combate à Violência Contra Vulneráveis. O PL 828/24, tem como objetivo registrar indivíduos condenados por crimes sexuais, maus-tratos e outros, cometidos contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.

O cadastro terá como pontapé inicial o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por crime de estupro e acrescentará sua lista com diversos outros nomes. A consulta ao novo cadastro poderá ser realizada por responsáveis legais e gestores de instituições educacionais, esportivas ou de assistência social que tenham sob cuidado pessoas vulneráveis ou legalmente dependentes.

Com a iniciativa, o parlamentar busca trazer um sistema de informações que possa auxiliar empresas e famílias na hora de contratar pessoas que irão lidar diretamente com este público. Com isto, será possível afastar das crianças e adolescentes os

criminosos dessa natureza.

Dr. Víctor defende a importância da construção dessa rede de proteção. “Precisamos criar formas de deixar esses criminosos longe das nossas crianças e adolescentes. Com certeza as famílias ficarão mais tranquilas sabendo que as pessoas que tem contato diariamente com seus filhos são de bem. Isso vai evitar muitos casos de estupro e demais tipos de violações”, defende.

PRÓXIMOS PASSOS


O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O objetivo é criar um sistema para registrar condenados por crimes sexuais, maus-tratos e outros atos cometidos contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.



“Precisamos criar formas de deixar esses criminosos longe das nossas crianças e adolescentes”

“A confiança dos colegas nos impõe a responsabilidade na condução da pauta legislativa.”

ROMERO RODRIGUES LIDERA SEGUNDO MAIOR BLOCO PARTIDÁRIO DA CÂMARA

Líder do Podemos na Câmara, Romero Rodrigues (PB) assumiu a liderança do bloco formado pelos parlamentares do PSD, Republicanos, MDB e do Podemos. O bloco, que reúne 146 deputados, terá rodízio mensal de líderes, até o mês de dezembro deste ano.

Dessa forma, Romero, que está em seu segundo mandato como deputado federal, também voltará a conduzir o bloco em setembro de 2024.

A liderança de Romero acontece no exato momento do início do debate sobre a regulamentação da reforma tributária, enviada esta semana ao Congresso. É, para ele, um tema central para a retomada econômica.

O parlamentar agradeceu a indicação dos pares e reafirmou o compromisso em manter o diálogo permanente com os parlamentares do bloco e com os demais representantes da Câmara. “A confiança dos colegas nos impõe a responsabilidade na condução da

pauta legislativa. Temos uma das legislaturas mais plurais da Câmara e que merece ser compreendida a partir das suas particularidades regionais e de seus programas”, garantiu.

Além da tributária, cita os debates relacionados ao orçamento, as medidas de apoio aos pequenos empresários por meio do Desenrola.

O deputado ainda lembrou que o Perse, que agora segue pra análise do Senado, programa que garante incentivos para as empresas de turismo e eventos, foi a principal bandeira da sua passagem como presidente da Comissão de Turismo, em 2023. Possíveis alterações feitas pelos senadores precisarão ser reavaliadas aqui na Câmara.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

Líder do Podemos na Câmara, o deputado @romerorodrigues é o novo líder do 2º maior bloco partidário da Casa, com 146 parlamentares do Podemos, MDB, PSD e Republicanos.

FABIO MACEDO DESTACA A IMPORTÂNCIA DO GRUPO DE TRABALHO CONTRA FAKE NEWS

Em um momento em que a batalha contra as fake news se torna cada vez mais crucial para a integridade do ambiente digital e a preservação dos direitos individuais dos cidadãos, o deputado Fabio Macedo (Podemos-MA) ressalta a relevância da criação de um Grupo de Trabalho dedicado a enfrentar essa crescente ameaça.

Fabio Macedo enfatiza a urgência de encontrar soluções eficazes para conter a propagação de informações falsas, ao mesmo tempo em que se protege a liberdade de expressão e se preservam os direitos dos cidadãos. Ele destaca a importância de promover um debate amplo e construtivo, envolvendo uma variedade de atores e perspectivas, visando garantir a eficácia das medidas adotadas.

O deputado ressalta a necessidade de aprimorar o texto em discussão, assegurando que este esteja livre de disputas políticas e ideológicas que possam comprometer seu

propósito. Segundo ele, é fundamental evitar polarizações e buscar consensos que atendam verdadeiramente às necessidades da sociedade brasileira.

“Com a criação deste Grupo de Trabalho, estamos dando um passo decisivo para avançar com os trabalhos sobre o projeto de lei das fake news na Câmara dos Deputados. É uma medida fundamental para garantir que possamos debater de forma ampla e construtiva as melhores soluções para combater esse problema crescente em nosso país”, destaca o deputado.


Frente a esse contexto desafiador, Fabio Macedo reafirma seu compromisso em contribuir para a construção de um ambiente digital mais seguro e transparente.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Se você acredita na mudança, venha para o partido que ouve a sua voz!

A close-up portrait of a man with short, dark hair and a well-groomed beard. He is wearing a blue suit jacket over a dark blue shirt. He has a slight smile and is looking directly at the camera. The background is blurred, showing other people in a public setting.

“É uma medida fundamental para garantir que possamos debater de forma ampla e construtiva as melhores soluções para combater esse problema (*fake news*) crescente em nosso país”



“Os usuários ainda enfrentam obstáculos para acessar a insulina, após 4 anos de luta. Diante desta realidade é crucial que busquemos uma solução para a situação”

GANEM QUER DEBATER OFERTA DE INSULINAS DE AÇÃO RÁPIDA PELO SUS PARA DIABETES TIPO 1

O cenário de saúde pública no Brasil enfrenta vários desafios, e um dos pontos críticos é a acessibilidade a tratamento de condições crônicas, como o diabetes tipo 1

O Diabetes Mellitus (DM) engloba uma série de distúrbios metabólicos diversos, todos marcados pela presença de hiperglicemia. A curto prazo, esse aumento de glicose no sangue aumenta o risco de complicações associadas, tais como Retinopatia Diabética, Nefropatia, Neuropatia e Doenças Cardiovasculares, tornando o cuidado e o controle da condição essencial.

Novas estatísticas liberadas pela Federação Internacional de Diabetes revelam uma realidade preocupante: mais de 16 milhões de adultos são afetados pela doença no Brasil.

O impacto financeiro também chega a ser assustador, com os gastos na saúde relacionados à doença atingindo a marca de 42,9 bilhões de dólares em 2021, colocando o Brasil como terceiro país com maior desembolso nessa área em todo o mundo.

Em adição a isso, quase 18 milhões de adultos correm um alto risco de desenvolver diabetes tipo 2. E, esses números alarmantes não se restringem apenas à fronteira Brasileira. A situação é igualmente grave em todo o mundo, com 537 milhões de adultos diagnosticados com diabetes, representando um aumento de 16% desde as últimas estimativas de 2019.

Após uma longa jornada de luta da Associação Brasileira de Diabetes, o Ministério da Saúde reconheceu a eficácia da insulina análoga rápida como tratamento ideal para pessoas com diabetes tipo 1 no país. Com isso, em fevereiro de 2017, foi incorporada no Sistema Único de Saúde (SUS). Embora a aquisição efetiva tenha ocorrido no segundo semestre de 2018, o acesso real à medicação pelos Estados só foi possível a partir de novembro de 2018.

O Ministério da Saúde optou por disponibilizar insulina análoga de ação rápida no Componente Especializado, resultando em uma série de burocracias na retirada.

Foram adquiridas 7.921.005 canetas de 3ml para atender 396.050 pessoas com diabetes tipo 1 no Brasil. Mas, a complexidade do processo, a dificuldade de acesso a endocrinologistas e à renovação da receita médica levou ao desperdício de 900 mil a 1,4 milhão de canetas.

Os usuários ainda enfrentam obstáculos para acessar a insulina, após 4 anos de luta. Diante desta realidade é crucial que busquemos uma solução para a situação e uma resposta efetiva para garantir o acesso adequado ao tratamento para as pessoas com diabetes no país.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O acesso à insulina para pacientes com diabetes tipo 1 no Brasil continua sendo um desafio, apesar de anos de luta junto ao Ministério da Saúde. É hora de encontrar soluções!

PL PEDE DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO RETIDO NO SISTEMA DE DINHEIRO A RECEBER

O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) acaba de apresentar um Projeto de Lei que obriga as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a devolver às pessoas físicas e jurídicas os valores que constem no Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central do Brasil, relativos a contas de depósitos em moeda nacional encerradas; contas de pagamento pré e pós-paga encerradas; contas de registro mantidas por sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e por sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários para registro de operações de clientes; tarifas cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos com entidades e órgãos reguladores ou de fiscalização e controle; parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos com entidades e órgãos reguladores ou de fiscalização e controle; cotas de capital e rateio de sobras líquidas e participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados; e outras situações que ensejam valores a devolver reconhecidas pelas instituições.

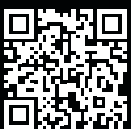
O PL determina que caberá ao Banco Central identificar o correntista detentor dos créditos, mesmo que tenha que recorrer ao banco de dados do Governo Federal para agilizar a transferência dos valores. Os

valores deverão ser transferidos no prazo de até noventa dias, após a vigência dessa lei, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) por detentor de crédito lesado. O Banco Central do Brasil terá que informar, mensalmente, os valores que foram transferidos e o número de beneficiários atendidos.

Conforme o deputado Hauly, segundo o Banco Central do Brasil, cerca de R\$ 7,97 bilhões estão disponíveis para resgate no Sistema de Valores a Receber (SVR) pelos seus detentores do crédito. “Como o sistema bancário brasileiro é um dos mais seguros e eficientes do mundo, tendo no cadastro do Banco Central 650,7 milhões de chaves PIX, sendo 153 milhões de usuários cadastrados (92% pessoas físicas), é perfeitamente possível que esses recursos sejam devolvidos a esses credores, sem que eles sejam forçados a vencer toda essa extensa burocracia que só tem dificultado a vida desses credores. Esse nosso PL vai obrigar os bancos a devolverem esses mais de R\$ 7 bilhões que por direito pertencem aos credores”, reforçou Hauly.

Esse nosso PL vai inverter a lógica atual, ou seja, ele irá obrigar os bancos a encontrar e a devolver esses mais de R\$ 7 bilhões aos legítimos detentores desses créditos, disse Hauly.

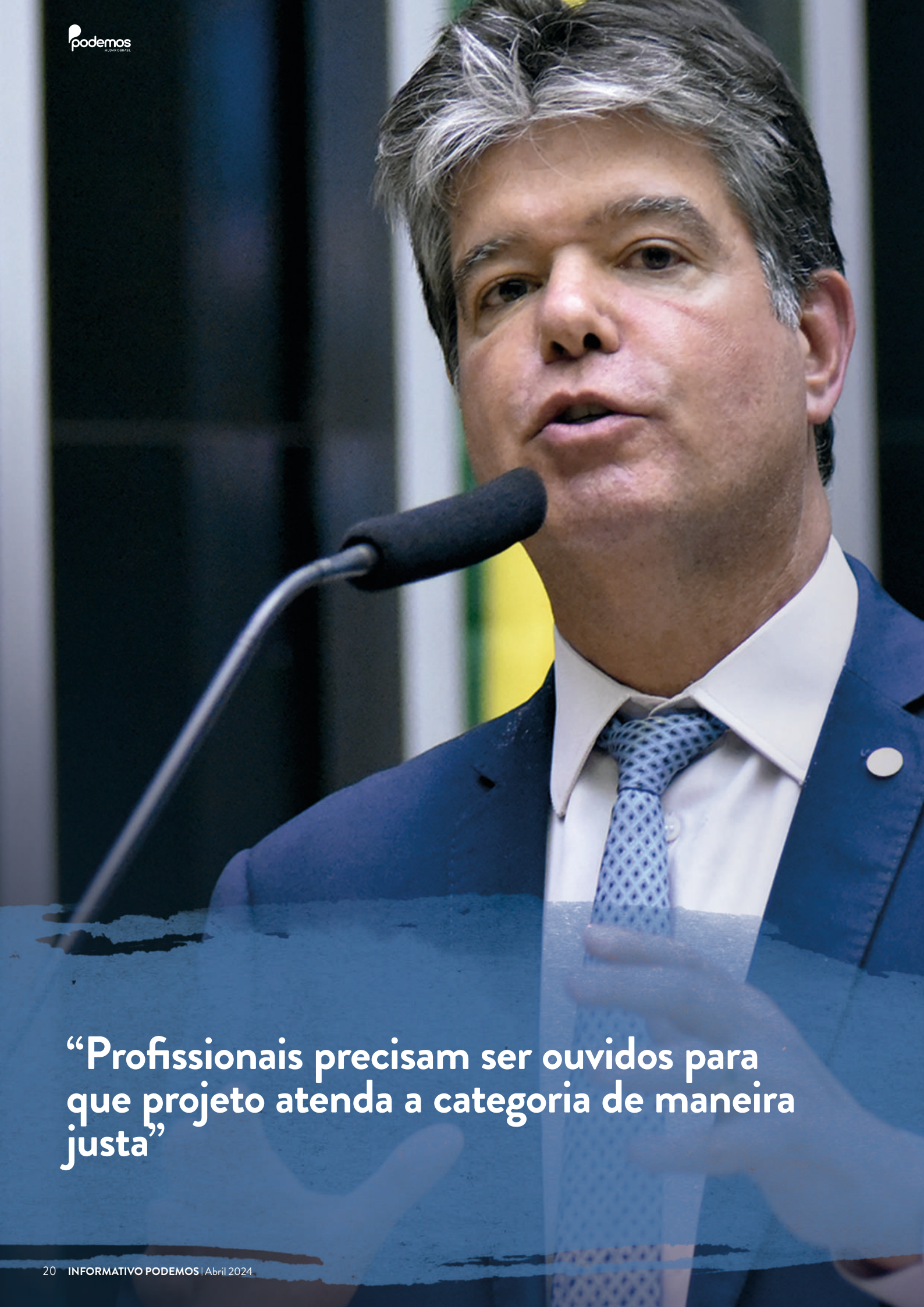
⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Empresários, atenção! O PLP 7/24, de autoria do nosso @deputadohauly, é crucial para alinhar o Estatuto da Micro e Pequena Empresa à reforma tributária aprovada pelo Congresso.

“Esse nosso PL vai obrigar os bancos a devolverem esses mais de R\$ 7 bilhões que por direito pertencem aos credores”

A close-up photograph of a man with grey hair, wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a blue patterned tie. He is speaking into a black microphone. The background is dark and out of focus, with a hint of a yellow and green flag. A blue brushstroke graphic is overlaid at the bottom of the image.

“Profissionais precisam ser ouvidos para que projeto atenda a categoria de maneira justa”

RUY DEFENDE MOTORISTAS POR APLICATIVO NO CONGRESSO: “PROFISSIONAIS PRECISAM SER OUVIDOS PARA QUE PROJETO ATENDA A CATEGORIA DE MANEIRA JUSTA”

A luta dos profissionais que atuam por meio de aplicativos permanece na pauta de prioridades do deputado federal Ruy Carneiro (Podemos-PB) no Congresso Nacional. O parlamentar voltou a defender critérios apontados pelos trabalhadores do segmento durante reunião da Comissão Geral da Frente Parlamentar em Defesa dos Motoristas de Aplicativos, realizada na Câmara Federal.

A construção de mecanismos para assegurar direitos trabalhistas precisa levar em consideração as necessidades apontadas por quem vivencia a realidade diária junto às plataformas, defendeu Ruy.

“As questões levantadas pelos profissionais que trabalham por meio de aplicativos precisam ser ouvidas. Nossa missão é melhorar o projeto para que ele atenda os profissionais de uma maneira justa. Tenho feito esse trabalho junto aos trabalhadores que atuam na Paraíba e reforço essa postura aqui no Congresso Nacional. Sabemos do importante trabalho que eles desempenham, seja no transporte de pessoas, alimentos e na entrega produtos”, ressaltou o deputado.

Ruy também reconhece que é preciso avançar sobre a questão da regulamentação e da ampliação de direitos. “Me coloquei a disposição para apresentar todas as demandas necessárias. Diversos fatores precisam ser

levados em consideração para não atropelar detalhes específicos levantados por quem atua nessa modalidade de trabalho. A postura das plataformas em relação aos profissionais também deve passar por uma ampla discussão”, enfatizou.

O representante nacional da categoria, Fuad Salamene Neto, defende que os profissionais não aceitem movimentações que coloquem o segmento num cenário irregular. “Nós viemos aqui para continuar defendendo a categoria. Entendemos que, no momento, a manutenção do MEI vai garantir que a gente não seja levado para a irregularidade. Em 2008, quem criou o MEI foi o próprio presidente de Luís Inácio Lula da Silva. Não podemos permitir ações que acabem retroagindo e levem a categoria novamente para um cenário irregular”, afirmou.

O Governo Federal fez um acordo para a retirada da urgência constitucional do PLP 12/24, que regulamenta a atividade. A proposta do Executivo garantiu mais 60 dias para que o texto seja discutido na Câmara. A matéria agora será analisada nas comissões de Trabalho e logo em seguida segue para a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Este é o #JeitoPodemos de impactar a vida das pessoas em todos os cantos do Brasil.

SARGENTO PORTUGAL CRITICA VOLTA DA COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Deputados expressaram sua preocupação e críticas em relação ao retorno do DPVAT, considerando a medida mais um imposto para a população pagar e destacando que, no passado, o seguro já se demonstrou ineficaz.

O deputado federal Sargento Portugal (Podemos-RJ) manifestou sua discordância em relação à decisão do Plenário da Câmara, de reinstaurar o DPVAT.

“É lamentável que o Governo e parte do Congresso tenham optado pelo retorno do DPVAT, transformando-o em mais um encargo para a população arcar. Vale ressaltar que o Brasil já tem uma carga tributária altíssima e esse

retorno fará com que o Brasil pague ainda mais imposto”, apontou.


E destacou Portugal. “Além disso, é importante ressaltar que no passado esse seguro já se mostrou ineficaz na prevenção de acidentes e na assistência às vítimas. Essa decisão representa um retrocesso.”

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A luta pela inclusão é diária! Você sabia que o @sargentoportugal é o autor do pedido para incluir o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos censos populacionais?



“É importante ressaltar que no passado esse seguro já se mostrou ineficaz na prevenção de acidentes e na assistência às vítimas. Essa decisão representa um retrocesso.”



“A importância de dar continuidade ao programa que auxiliou todo um setor durante um período conturbado da pandemia”

DEFENSOR DO PERSE, RAIMUNDO COSTA COMEMORA APROVAÇÃO NA CÂMARA

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) foi aprovado na Câmara dos Deputados. O deputado federal baiano, Raimundo Costa (Podemos-BA), foi um dos parlamentares que articulou junto com a relatora do projeto, a deputada federal Renata Abreu (SP), a inclusão das 30 atividades econômicas no PERSE.

O setor de eventos, o setor hoteleiro, bares e restaurantes e todo o turismo, principalmente o baiano foram contemplados. O Projeto de Lei 1026/24 restringia o Perse de 44 para 12 CNAEs (Classificação Nacional das Atividades Econômicas). A favor do PERSE, o deputado Raimundo Costa defendeu a permanência do programa.

“O governo precisava ter a sensibilidade e entender que o setor hoteleiro, o setor de eventos e bares e restaurantes compõem significativamente para o nosso PIB na vertente da indústria de serviços”, comentou.

A readequação dos CNAEs essenciais foram determinantes para a manutenção do PERSE.

“A antiga proposta do governo ao parlamento não atingia positivamente esses setores da maneira que eles necessitam”, enfatizou Raimundo.

Ajustes foram necessários para acomodar detalhes quanto a orçamento, legislação e quantidade de atividades econômicas permaneceriam no PERSE. Raimundo Costa acrescentou a importância de dar continuidade ao programa que auxiliou todo um setor durante um período conturbado da pandemia. “Os impactos devem ser mensurados junto ao governo, mas que não se perca a importância da continuidade do PERSE. Demos a nossa colaboração”, finalizou o parlamentar.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Raimundo Costa foi um dos parlamentares que articulou junto com a relatora do #Perse, a deputada Renata Abreu, a inclusão de 30 atividades econômicas no programa.

GLAUSTIN SUGERE AÇÕES PARA REFORÇAR CUIDADOS COM A COMUNIDADE AUTISTA EM GOIÁS

A comunidade autista requer cada vez mais ações urgentes por parte das políticas públicas para garantir inclusão e qualidade de vida. Com esse objetivo e reforçando a defesa desta pauta, o deputado federal Glaustin da Fokus (Podemos-GO) se reuniu, no dia 9 de abril, com o secretário de Saúde do estado de Goiás, Dr. Rasível dos Reis Santos Júnior, para sugerir medidas de reforço às políticas de atenção às pessoas com autismo.

Entre as sugestões apresentadas pelo deputado, estão a viabilização do atendimento prioritário para as mães dos autistas; a criação de um departamento específico, destinado ao atendimento exclusivo e adequado para diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento dos autistas; e a criação de uma coordenação específica para políticas relacionadas ao autismo, visando garantir a implementação da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Glaustin da Fokus reafirmou seu compromisso com a comunidade e deixou claro que seu mandato está à disposição na Câmara dos Deputados. “É assim que trabalhamos, com diálogo e buscando soluções dentro do que está ao nosso alcance. Aquilo que a comunidade das pessoas autistas entende que podemos ser úteis, estamos à disposição para correr atrás e buscar melhorias”, afirmou o deputado.

Vale ressaltar que Glaustin da Fokus é um parlamentar ativo pela causa das pessoas com deficiência, participando de ações em prol dessa bandeira e apresentando propostas legislativas que beneficiem a comunidade, como o projeto de lei 1462/2022, que inclui nos currículos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia conteúdos referentes ao TEA; e o projeto de lei 1466/2024, que cria o programa de moradia assistida às pessoas adultas com autismo. Ambas as proposições estão aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD).


A necessidade de ações específicas se faz evidente diante dos desafios enfrentados por pessoas com TEA, que muitas vezes encontram barreiras no acesso à educação, saúde e mercado de trabalho. Investimentos em programas de apoio, capacitação profissional e sensibilização são fundamentais para promover uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para todos. “Priorizando políticas que garantam um atendimento adequado à comunidade autista, estamos cumprindo o nosso dever de assegurar os direitos e a inclusão social de todos os cidadãos”, defendeu o parlamentar podemista.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O PL 1.464/22, do deputado Glaustin da Fokus, pretende criar uma Política Nacional de Atenção Integral à Síndrome de Burnout no SUS.

A man with a beard and mustache, wearing a dark blue suit, a white shirt, and a red patterned tie, is speaking into a microphone. He has a serious expression. The background is dark with vertical light streaks.

“Priorizando políticas que garantam um atendimento adequado à comunidade autista, estamos cumprindo o nosso dever de assegurar os direitos e a inclusão social de todos os cidadãos”



“Estar à frente desta comissão me dará maior proximidade à pauta, possibilitando avançar ainda mais em áreas como agricultura, turismo e diversas outras áreas que se beneficiam diretamente do avanço tecnológico”

DEPUTADO GILSON DANIEL PRESIDE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM COORDENADORES ESTADUAIS DAS DEFESAS CIVIS

Relator da CEDESNAT ouviu o posicionamento de quem está na linha de frente do combate à desastres naturais

O deputado federal Gilson Daniel (Podemos-ES), presidiu, na quarta-feira (10), uma Audiência Pública promovida pela Comissão Especial de Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais (CEDESNAT) que contou com a presença dos Coordenadores Estaduais das Defesas Civas do Brasil.

O encontro debateu as principais ações tomadas pelo governo federal, estados e municípios para lidar com as perdas oriundas dos desastres naturais e ambientais que atingiram o país nas últimas semanas. “As emergências ligadas a desastres naturais estão cada vez mais comuns, por isso, a instalação da CEDESNAT é tão importante e necessária”, afirmou o parlamentar, relator da comissão.

Os coordenadores debateram a eficiência dos serviços de aviso utilizados atualmente e apontaram falhas na entrega, além de destacarem a incredulidade da população, que muitas vezes não

está disposta a largar tudo o que tem para ir em busca de proteção. Para isso, frisaram os presentes, é importante que exista um operacional muito bem estruturado, que ofereça não só segurança, mas também itens básicos de sobrevivência para todas as famílias que precisam sair de locais com risco iminente.

O debate salientou a importância da existência não só de avisos, mas de infraestrutura para receber a quantidade de pessoas que ficam em vulnerabilidade em momentos como este. “É importante que se tenha informações claras sobre o que a população deve fazer e para onde deve ir em casos de desastres naturais. Eles precisam estar cientes não só dos riscos, mas também das opções de defesa e proteção oferecidas pelos governos nacional, de estado e municipal”, completou o parlamentar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Os números comprovam que o #JeitoPodemos está conquistando o Espírito Santo!



“Foram debatidas medidas fundamentais para fomentar a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, visando garantir a competitividade do país na economia global do conhecimento”

PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA CCTI REÚNEM-SE COM MINISTRA

A deputada federal Nely Aquino (Podemos-MG) e seu vice-presidente na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, deputado Gilson Daniel, realizaram uma visita estratégica ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, onde foram recebidos pela ministra Luciana Santos. O objetivo principal da audiência foi apresentarem-se como presidente e vice-presidente da comissão e discutir prioridades e medidas cruciais para o contínuo crescimento e fortalecimento desse setor vital para o país.

Durante o encontro, foram debatidas medidas fundamentais para fomentar a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, visando garantir a competitividade do país na economia global do

conhecimento. Essa colaboração entre o legislativo e o executivo representa um passo significativo na busca por soluções inovadoras e no fortalecimento da base científica e tecnológica do Brasil.

A ministra defendeu a manutenção da lei da informática e a renovação do PADIS – Programa de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. Ela ressaltou a relevância de manter os atuais parâmetros da legislação, assegurando a segurança jurídica e garantindo investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

O Podemos luta para que o Brasil se torne um país inovador, tecnológico, onde cada brasileiro possa colher os frutos do progresso!

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br     @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br     @podemos20

 **podemos**
CÂMARA